



CADERNO DE QUESTÕES

GUARDA MUNICIPAL

NÍVEL MÉDIO / MANHÃ

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Este Caderno de Questões contém 50 (cinquenta) questões objetivas de múltipla escolha.
2. Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no Caderno de Questões, se a numeração das questões e a paginação estão corretas e se não há falhas, manchas ou borrões. Se algum desses problemas for detectado, solicite ao fiscal outro caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.
3. A totalidade da Prova terá a duração de 3h (três horas), incluindo o tempo para preenchimento da Folha de Respostas da Prova Objetiva.
4. Iniciada a Prova, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorridas 1h (uma hora) de prova, devendo, ao sair, entregar ao fiscal de sala, obrigatoriamente, o Caderno de Questões e a Folha de Respostas da Prova Objetiva.
5. A Folha de Respostas da Prova Objetiva será o único documento válido para correção.
6. O candidato somente poderá levar o Caderno de Questões da Prova Objetiva quando faltarem 60 (sessenta) minutos para o término do horário estabelecido para o fim da prova.
7. Não serão permitidas consultas a quaisquer materiais, uso de telefone celular ou outros aparelhos eletrônicos.
8. Caso seja necessária a utilização do sanitário, o candidato deverá solicitar permissão ao fiscal de sala, que designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo manter-se em silêncio durante o percurso, podendo, antes da entrada no sanitário e, depois da utilização deste, ser submetido a revista com detector de metais. Na situação descrita, se for detectado que o candidato está portando qualquer tipo de equipamento eletrônico, será eliminado automaticamente do concurso.
9. O candidato, ao terminar a prova, deverá retirar-se imediatamente do estabelecimento de ensino, não podendo permanecer nas dependências deste, bem como não poderá utilizar os sanitários.
10. Os dois últimos candidatos sairão juntos.

ATENÇÃO!

A transcrição da frase mestra é obrigatória, e servirá para identificar o cartão resposta do candidato, bem como possibilitar o Exame Pericial Grafotécnico, quando for o caso. A falta da transcrição poderá ocasionar a eliminação do candidato.

A Folha de Respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada!

O Caderno de Questões e Gabarito Preliminar da Prova Objetiva serão divulgados no endereço <www.paconcursos.com.br>

DESTAQUE AQUI

01		11		21		31		41	
02		12		22		32		42	
03		13		23		33		43	
04		14		24		34		44	
05		15		25		35		45	
06		16		26		36		46	
07		17		27		37		47	
08		18		28		38		48	
09		19		29		39		49	
10		20		30		40		50	

LINGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 01

Leia o texto:

“A recente popularização dos aplicativos de mobilidade urbana não pode ser vista como uma mera substituição de um serviço por outro. Trata-se de um fenômeno complexo que redefine a relação das pessoas com o espaço da cidade, impacta a economia informal e gera novos debates sobre legislação trabalhista. Embora ofereça praticidade, sua atuação em áreas periféricas ainda é incipiente, o que acentua desigualdades territoriais preexistentes”.

COSTA, M. Urbanidade e Tecnologia. São Paulo: Editora Moderna, 2023.

Com base no texto, é **INCORRETO** afirmar que:

- (A) O fenômeno da mobilidade urbana é analisado para além de uma simples troca de serviços.
- (B) A atuação dos aplicativos gera consequências na esfera econômica e jurídica.
- (C) A tese central do texto é a superioridade dos aplicativos em relação ao transporte tradicional.
- (D) Existe uma relação crítica entre a atuação dos aplicativos e a dinâmica das cidades.
- (E) A praticidade do serviço é reconhecida, mas não isenta o fenômeno de críticas.

QUESTÃO 02

No período “**Embora** o resultado tenha sido positivo, é necessário cautela, **pois** os dados ainda são preliminares.”, os conectivos destacados estabelecem, respectivamente, relações de:

- (A) Conformidade e explicação.
- (B) Concessão e comparação.
- (C) Condição e consequência.
- (D) Comparação e finalidade.
- (E) Concessão e causa.

QUESTÃO 03

As palavras: **super-homem**, **reescrever** e **coca-cola** são formadas, respectivamente, pelos processos de:

- (A) Derivação prefixal, composição por justaposição e derivação sufixal.
- (B) Derivação prefixal, prefixação e composição por justaposição.
- (C) Derivação sufixal, composição por justaposição e prefixação.

(D) Derivação prefixal, composição por aglutinação e derivação prefixal e sufixal.

(E) Derivação sufixal, composição por justaposição e derivação prefixal.

QUESTÃO 04

Assinale a alternativa em que a concordância verbal está **INCORRETA** de acordo com a norma-padrão.

- (A) É preciso que se providencie os documentos.
- (B) A maioria dos candidatos chegou atrasada.
- (C) Fazia muitos anos que não nos víamos.
- (D) Os Estados Unidos são uma potência econômica.
- (E) Já é uma e meia da tarde.

QUESTÃO 05

Assinale a alternativa em que todas as palavras estão grafadas e acentuadas **CORRETAMENTE**, de acordo com a norma-padrão.

- (A) Herói, jiboia, gratuito, saída.
- (B) Circuito, ideia, baú, café.
- (C) Itens, crêem, paciência, enjôo.
- (D) Veêm, ruím, saúde, âmbito.
- (E) Pônei, constrói, refém, ícone.

QUESTÃO 06

A expressão “Precisa-se de digitadores experientes” apresenta uma construção em que a partícula “se” exerce a função de:

- (A) Pronome recíproco.
- (B) Índice de indeterminação do sujeito.
- (C) Pronome reflexivo.
- (D) Parte integrante do verbo.
- (E) Pronome apassivador, formando a voz passiva sintética.

QUESTÃO 07

A crase está empregada **CORRETAMENTE** em:

- (A) Refiro-me àqueles professores dedicados.
- (B) O pedido foi encaminhado à todos os setores.
- (C) Daqui à pouco, começará a reunião.
- (D) Fui à São Paulo resolver questões pessoais.
- (E) Ele se dirigiu à mim com muita educação.

QUESTÃO 08

A vírgula foi empregada **CORRETAMENTE** em:

- (A) Os candidatos que estudaram, foram aprovados com louvor.
- (B) Entretanto, é preciso considerar, os aspectos subjetivos da questão.
- (C) O diretor, o coordenador e o professor, reuniram-se ontem.
- (D) Declaro, para os devidos fins, que o documento é autêntico.
- (E) Paulo, esperou por muito tempo, pelo resultado da ação.

QUESTÃO 09

Massa de Panqueca Simples

Ingredientes:

- 1 ovo
- 1 xícara de farinha de trigo
- 1 xícara de leite
- 1 pitada de sal
- 1 colher de sopa de óleo

Modo de preparo: bata todos os ingredientes no liquidificador. A seguir, aqueça uma frigideira untada com um fio de óleo em fogo baixo.

Coloque um pouco da massa na frigideira não muito quente e esparrame de modo a cobrir todo o fundo e ficar só uma camada fina de massa.

Deixe igualar os dois lados, até que fiquem levemente douradas. Retire com a espátula, e sirva com o recheio de sua preferência.

Sugestão de recheio: carne moída, queijo e geleia.

Disponível em: <https://www.tudogostoso.com.br/receita/113143-massa-de-panqueca-simples.html>. Acesso em: 15 out. 2025

Um texto que tem como finalidade principal instruir o leitor sobre a execução de uma tarefa, utilizando linguagem clara e direta, com verbos frequentemente no modo imperativo, pertence à tipologia textual:

- (A) Narrativa.
- (B) Descritiva.
- (C) Expositiva.
- (D) Argumentativa.
- (E) Injuntiva.

QUESTÃO 10



Disponível em: <https://4.bp.blogspot.com/-6bHblzRXyE/Ws0p8SDCndI/AAAAAAAAAWA/tYYw8yGvcJ0x82QJiIN2T61QFwNBvTtkwCLcBGAs/s1600/KISUCO.png>. Acesso em: 16 out. 2025

Na frase do cartaz publicitário: “O refresco da Jarrinha Sorridente”, há a presença de uma figura de linguagem que consiste em:

- (A) Metáfora, pois está estabelecendo uma relação de semelhança implícita.
- (B) Metonímia, pois está substituindo a causa pelo efeito.
- (C) Hipérbole, pois está apresentando uma ideia exagerada.
- (D) Prosopopeia, pois está atribuindo uma característica humana à jarra.
- (E) Eufemismo, pois está suavizando a ação do produto.

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 11

Em um município litorâneo, a administração local instituiu um programa de educação ambiental voltado à preservação dos manguezais, ecossistemas essenciais à biodiversidade, à regulação climática e à proteção costeira. O programa envolve ações educativas, mobilização comunitária e campanhas públicas.

Considerando os princípios da educação ambiental e do uso sustentável previstos na legislação brasileira, aponte a alternativa **CORRETA** sobre a abordagem adequada para esse programa.

(A) A efetividade do programa depende fundamentalmente de processos educativos contínuos e formais, sendo a participação comunitária um elemento acessório e não essencial à sua implementação.

(B) A incorporação de saberes tradicionais e práticas locais pode ser admitida desde que subordinada às diretrizes técnicas estabelecidas exclusivamente por órgãos ambientais federais.

(C) A educação ambiental deve articular conhecimento científico e saberes comunitários, estimulando práticas sustentáveis e consolidando a corresponsabilidade social na preservação dos ecossistemas.

(D) A proteção dos manguezais no contexto urbano pode prescindir de regulamentação municipal específica, bastando a aplicação direta das normas gerais de proteção ambiental já existentes.

(E) O uso sustentável dos manguezais autoriza a exploração periódica de seus recursos, desde que previamente autorizada por estudo de impacto ambiental simplificado conduzido pelo município.

QUESTÃO 12

No contexto da colonização portuguesa, o atual município de Cairu, situado no arquipélago de Tinharé, destacou-se como um dos mais antigos núcleos de ocupação do litoral sul da Bahia, desempenhando papel estratégico na estruturação territorial do Brasil colonial. Sua posição geográfica favoreceu a navegação de cabotagem, a integração às rotas atlânticas e a instalação de estruturas administrativas e religiosas que consolidaram a presença lusa na região. A permanência de elementos arquitetônicos coloniais e sua atual relevância turística revelam continuidades históricas significativas.

Considerando esse processo e a importância regional de Cairu, aponte a alternativa **INCORRETA**.

(A) A localização insular de Cairu contribuiu para seu papel logístico no sistema colonial, integrando rotas marítimas e servindo como entreposto de redistribuição de mercadorias entre diferentes núcleos da Capitania da Bahia.

(B) A formação urbana de Cairu foi impulsionada por estratégias da Coroa voltadas à consolidação da presença portuguesa e à articulação de estruturas político-administrativas no litoral atlântico.

(C) O patrimônio arquitetônico de Cairu, formado em grande parte por edificações religiosas e civis do período colonial, constitui elemento central de sua identidade histórica e atratividade turística contemporânea.

(D) A atual dinâmica econômica de Cairu se ancora, em parte, na valorização de seu passado histórico e de sua paisagem natural, elementos fundamentais para o turismo cultural e ecológico.

(E) A relevância econômica de Cairu circunscreveu-se ao período imperial, quando a navegação de cabotagem substituiu por completo a importância estratégica que possuía durante a colonização portuguesa.

QUESTÃO 13

A intensificação da globalização no século XX e início do XXI consolidou os blocos econômicos como instrumentos estratégicos de integração regional, destinados a ampliar o comércio, reduzir barreiras alfandegárias, fortalecer a competitividade dos países e, em estágios mais avançados, harmonizar políticas econômicas e institucionais. A União Europeia representa um exemplo singular desse processo, ao ultrapassar a dimensão econômica e alcançar níveis de união política e monetária. Já o Mercosul constitui um bloco intergovernamental que busca a integração econômica e a coordenação política entre seus Estados-membros.

Considerando as características, os objetivos e os diferentes graus de integração dos blocos econômicos no contexto da globalização, aponte a alternativa **INCORRETA**.

(A) A União Europeia constitui um exemplo de bloco econômico que ultrapassou a integração meramente comercial, assegurando a livre circulação de bens, pessoas, serviços e capitais, além de adotar moeda única em parte de seus Estados-membros.

(B) O Mercosul tem como metas a eliminação progressiva de barreiras tarifárias e a criação de uma tarifa externa comum, embora não disponha de moeda única nem de autoridade monetária supranacional.

(C) Blocos econômicos em estágios mais avançados de integração podem estabelecer políticas comuns em setores estratégicos, como agricultura e meio ambiente, com vistas à harmonização normativa e à redução de assimetrias internas.

(D) A adesão ao Mercosul envolve a adoção de compromissos de política externa que buscam a convergência programática entre os membros, o que na prática tem sido interpretado como vinculação diplomática conjunta em organismos multilaterais e negociações internacionais.

(E) A globalização favorece a formação e o fortalecimento de blocos econômicos, que atuam como mecanismos de ampliação da competitividade regional e de projeção geopolítica de seus integrantes.

QUESTÃO 14

O uso intensivo das redes sociais transformou a dinâmica da vida contemporânea, trazendo benefícios comunicacionais, mas também desafios à saúde preventiva, ao bem-estar digital e à responsabilidade individual e coletiva. A exposição constante a fluxos informacionais e interações online pode afetar a saúde mental, enquanto a propagação de conteúdos falsos compromete a integridade do ambiente digital. Nesse cenário, a adoção de práticas conscientes é essencial para a construção de ecossistemas informacionais seguros e saudáveis.

Considerando essas dimensões, aponte a alternativa **CORRETA**.

- (A) A responsabilidade coletiva envolve a construção de ambientes digitais íntegros, o incentivo à alfabetização midiática e a adoção de mecanismos de enfrentamento a discursos nocivos e práticas abusivas no espaço virtual.
- (B) A responsabilidade individual no ambiente digital compreende a verificação das informações antes do compartilhamento, mas não se estende à análise crítica dos efeitos emocionais que os conteúdos podem produzir.
- (C) A saúde preventiva nas redes sociais está relacionada à gestão do tempo de uso, não sendo influenciada pela natureza das interações nem pela qualidade dos conteúdos acessados.
- (D) O uso consciente das redes requer evitar conteúdos polêmicos, pois a interação com temas controversos representa risco direto à saúde mental e à coesão social.
- (E) A saúde mental digital decorre exclusivamente do equilíbrio entre tempo online e offline, independentemente da complexidade das dinâmicas relacionais estabelecidas nas redes.

QUESTÃO 15

O período da Nova República, iniciado em 1985 com a redemocratização brasileira, representou uma profunda reconfiguração institucional e socioeconômica do país. Marcado pelo fim do regime militar, pela promulgação da Constituição de 1988 e por um processo de abertura política e modernização econômica, o período foi atravessado por planos de estabilização, redefinição da política externa e ampliação dos direitos sociais.

Considerando os principais marcos e características desse período histórico, aponte a alternativa **INCORRETA**.

(A) A transição da ditadura militar para o regime democrático consolidou-se com a eleição direta para presidente da República em 1989, após um longo processo de mobilização social e abertura política iniciado ainda na década de 1970.

(B) A política externa da Nova República caracterizou-se por alinhamento automático e contínuo aos Estados Unidos, afastando-se de iniciativas multilaterais e de cooperação com organismos internacionais.

(C) A Constituição Federal de 1988 instituiu um novo pacto social, incorporando direitos fundamentais e ampliando o papel do Estado em áreas como saúde, educação e seguridade social.

(D) A implementação do Plano Real, em 1994, representou um marco na estabilização da economia brasileira ao conter a hiperinflação e fortalecer a moeda nacional.

(E) A busca por justiça social e inclusão levou à criação de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, que contribuíram para a redução dos índices de pobreza e desigualdade no início do século XXI.

MATEMÁTICA

QUESTÃO 16

Marque o resultado **CORRETO** na seguinte operação numérica: $20 - 3 \times (4 + 2) + 10 \div 2$.

- (A) 3.
- (B) 7.
- (C) 10.
- (D) 12.
- (E) 14.

QUESTÃO 17

Um agricultor tem uma plantação de maçãs e percebe que, em média, para cada 3 maçãs grandes, ele colhe 5 maçãs pequenas. Se ele colher 30 maçãs grandes, quantas maçãs pequenas ele pode esperar colher, mantendo a mesma proporção?

- (A) 40.
- (B) 45.
- (C) 50.
- (D) 60.
- (E) 75.

QUESTÃO 18

Maria é uma microempreendedora que decidiu investir R\$ 1.200,00 em um determinado banco no qual oferece uma taxa de juros simples de 5% ao ano. Assinale o valor **CORRETO** do total acumulado após 3 anos.

- (A) 1.380,00.
- (B) 1.400,00.
- (C) 1.500,00.
- (D) 1.560,00.
- (E) 1.800,00.

QUESTÃO 19

Em atenção a sequência de números abaixo, determine qual é o próximo número.

$2 \rightarrow 5 \rightarrow 11 \rightarrow 23 \rightarrow 47 \rightarrow ?$

- (A) 90.
- (B) 91.
- (C) 93.
- (D) 95.
- (E) 103.

QUESTÃO 20

Um mapa representa uma área de terreno com escala de 1 cm: 250 m. Se nesse mapa a distância entre dois pontos é de 3,6 cm, qual é a distância real entre esses dois pontos no terreno?

- (A) 0,30 km.
- (B) 0,32 km.
- (C) 1,45 km.
- (D) 0,65 km.
- (E) 0,90 km.

QUESTÃO 21

Um determinado carro percorre uma distância de 240 km com 20 litros de gasolina. Mantendo o consumo, em quantos quilômetros ele percorrerá com 35 litros?

- (A) 410km.
- (B) 420km.
- (C) 425km.
- (D) 440km.
- (E) 455km.

QUESTÃO 22

Em uma caixa há 5 bolas vermelhas, 3 bolas azuis e 2 bolas verdes, todas do mesmo tamanho e sem marcas. Se uma bola for retirada ao acaso, qual é a probabilidade de ela ser azul?

- (A) $1/3$.
- (B) $2/5$.
- (C) $3/10$.
- (D) $2/5$.
- (E) $4/5$.

QUESTÃO 23

Qual das opções abaixo representa um número irracional?

- (A) $\sqrt{25}$.
- (B) $\frac{7}{2}$.
- (C) 0,333...(dízima periódica).
- (D) π .
- (E) -8.

QUESTÃO 24

Considerando a expressão algébrica: $(x + 5)^2$. Qual das alternativas representa o desenvolvimento **CORRETO** dessa expressão utilizando produtos notáveis?

- (A) $x^2 + 25$.
- (B) $x^2 + 10x + 25$.
- (C) $x^2 + 5x + 25$.
- (D) $x^2 + 10x + 10$.
- (E) $x^2 + 5x + 10$.

QUESTÃO 25

Considere a seguinte afirmação:
"Se *chove*, então *levo guarda-chuva*.
Hoje eu não levei o guarda-chuva".

Com base nessa informação, é **CORRETO** concluir que:

- (A) Hoje não choveu.
- (B) Hoje choveu.
- (C) Levar guarda-chuva depende da previsão do tempo.
- (D) A afirmação é falsa.
- (E) Não é possível concluir nada.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 26

Ao longo de uma operação integrada com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a Guarda Municipal foi acionada para atuar na fiscalização de uma área pública utilizada de forma irregular como ponto de descarte de resíduos da construção civil. Além do suporte operacional e da proteção do patrimônio público, cabe ao agente conhecer as normas ambientais que regem a gestão e a destinação adequada desses materiais, assegurando a aplicação da legislação e a prevenção de danos ao meio ambiente urbano.

À luz da Resolução CONAMA nº 307/2002 e considerando o papel da Guarda Municipal no apoio à fiscalização ambiental e à proteção do interesse coletivo, identifique a alternativa **INCORRETA** sobre a classificação e o manejo dos resíduos da construção civil.

- (A) Os resíduos classificados como Classe A, compostos principalmente por materiais cerâmicos e argamassas, devem ser reutilizados ou reciclados como agregados, preferencialmente no próprio canteiro de obras ou em usinas licenciadas.
- (B) Os resíduos de Classe B, como plásticos, papéis e metais, devem ser destinados a processos de reutilização ou reciclagem, contribuindo para a economia circular e reduzindo a pressão sobre os recursos naturais.
- (C) Os resíduos de Classe C, que carecem de tecnologia economicamente viável para reciclagem ou reaproveitamento, podem ser depositados em qualquer aterro sanitário municipal, independentemente de licenciamento ambiental específico, desde que não apresentem riscos imediatos.
- (D) Os resíduos de Classe D, que incluem substâncias perigosas como tintas e solventes, exigem segregação na origem e destinação a unidades licenciadas para tratamento e disposição final adequada, em conformidade com a legislação ambiental vigente.
- (E) A disposição de resíduos Classe A em aterros de resíduos inertes somente é admitida quando comprovada a inviabilidade técnica ou econômica de sua reciclagem, devendo o descarte seguir critérios definidos pela autoridade ambiental competente.

QUESTÃO 27

A Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) disciplina a responsabilização nas esferas penal, civil e administrativa, prevendo hipóteses de coautoria, conivência e desconsideração da personalidade jurídica.

Considerando as atribuições das Guardas Municipais no apoio à fiscalização de espaços públicos, áreas de preservação e unidades de conservação, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A atuação da Guarda Municipal na constatação de infrações ambientais pode ensejar responsabilização simultânea da pessoa física e da pessoa jurídica, quando comprovado o proveito institucional e o vínculo de causalidade entre a conduta e o benefício obtido.
- (B) A responsabilização penal da pessoa jurídica afasta, por incompatibilidade lógica, a responsabilidade penal individual de seus dirigentes, salvo quando demonstrado dolo direto na conduta.
- (C) A desconsideração da personalidade jurídica, no âmbito ambiental, somente é cabível após o trânsito em julgado da ação penal, em razão da presunção de legitimidade das pessoas jurídicas.
- (D) O agente público municipal, ao flagrar infração ambiental, deve limitar-se a preservar o local e aguardar a autoridade ambiental competente, sob pena de usurpação de função pública.
- (E) A responsabilidade administrativa ambiental depende de prévia condenação judicial, sendo vedada a imposição de sanções antes da conclusão da persecução penal.

QUESTÃO 28

Durante uma operação de rotina em estabelecimentos comerciais, um guarda municipal é surpreendido com um convite para participar de um evento pago oferecido por uma associação de comerciantes que costuma ser fiscalizada por sua equipe. A justificativa apresentada é a de que a presença do agente reforçaria a relação institucional entre a Guarda e o setor privado.

Considerando os princípios da moralidade e da impessoalidade administrativa e as diretrizes éticas aplicáveis ao serviço público, aponte a alternativa **CORRETA** sobre a conduta adequada nessa situação.

- (A) A participação no evento é legítima, pois a relação institucional entre poder público e setor privado deve ser fortalecida por meio de aproximações sociais.
- (B) A aceitação do convite é vedada, pois pode caracterizar conflito de interesses e comprometer a imparcialidade funcional do agente público.
- (C) A participação é possível desde que a associação arque com as despesas e a atividade seja registrada no sistema interno do órgão.
- (D) A presença do servidor no evento não compromete a ética administrativa se for realizada em horário não funcional e sem contrapartida direta.
- (E) A recusa ao convite é facultativa, pois o princípio da eficiência autoriza o fortalecimento de parcerias com entidades privadas.

QUESTÃO 29

Em meio a uma operação em ambiente urbano com alta densidade populacional, agentes da Guarda Municipal são mobilizados para conter indivíduos armados refugiados em edificação residencial. A intervenção, além de demandar resposta imediata e eficaz, deve observar rigorosamente os princípios estruturantes do uso diferenciado da força — legalidade, necessidade, proporcionalidade e moderação, consagrados nos protocolos internacionais de direitos humanos e incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro. Tais princípios orientam a atuação estatal na contenção de ameaças, impondo limites normativos e técnicos à atuação coercitiva.

Considerando essas diretrizes e sua aplicação no contexto da segurança pública municipal, aponte a alternativa **INCORRETA**.

(A) O princípio da legalidade vincula a atuação dos agentes à estrita observância do ordenamento jurídico e das normas institucionais que regulam o emprego da força, vedando qualquer ação coercitiva dissociada de base normativa prévia e legítima.

(B) O princípio da necessidade exige que a força seja empregada apenas quando estritamente indispensável à salvaguarda de bens jurídicos relevantes, impondo ao agente a avaliação contínua do contexto e a adoção da resposta menos gravosa possível para atingir o objetivo legítimo.

(C) A proporcionalidade determina que a intensidade e a modalidade da força guardem correlação direta com a gravidade da ameaça e o grau de resistência oferecido, devendo ser escalonadas de forma progressiva e reavaliadas dinamicamente ao longo da intervenção.

(D) O princípio da moderação impõe ao agente não apenas a contenção no uso dos meios coercitivos, mas também a adoção preferencial de técnicas de dissuasão, negociação e outros instrumentos de desescalamento antes da aplicação de força física letal.

(E) O uso diferenciado da força autoriza o emprego imediato de meios letais quando houver indícios razoáveis de potencial ofensivo futuro, ainda que ausente ameaça concreta e atual ao bem jurídico tutelado, desde que tal ação esteja prevista em protocolos institucionais.

QUESTÃO 30

A Lei nº 13.022/2014 estabelece a atuação preventiva e comunitária como núcleo funcional das Guardas Municipais, exigindo a integração entre políticas públicas de segurança, cidadania e urbanismo. A doutrina do policiamento de proximidade reforça que a eficiência da ação preventiva depende da corresponsabilidade entre Estado e comunidade.

Com base nessas premissas, analise as assertivas abaixo e aponte a alternativa **CORRETA**.

I. A atuação comunitária da Guarda Municipal deve se orientar pela lógica da proximidade, sendo compatível com ações ostensivas desde que voltadas à prevenção e pautadas por moderação e diálogo.

II. A prevenção situacional compreende intervenções estruturais e comportamentais voltadas à redução de oportunidades delitivas, devendo integrar o planejamento urbano e a política municipal de segurança.

III. A atuação preventiva pode envolver atividades educativas, de mediação social e integração com redes de proteção, mesmo fora do contexto de flagrante delito.

IV. O modelo comunitário de policiamento restringe a utilização de medidas coercitivas, sendo vedado o emprego de força física em qualquer circunstância preventiva.

(A) Estão corretas apenas as assertivas I e II.

(B) Estão corretas apenas as assertivas II e III.

(C) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.

(D) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.

(E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 31

Na condução de uma operação de patrulhamento preventivo em zona urbana de vulnerabilidade social, agentes da Guarda Municipal de um município de médio porte foram acionados para intervir em situação de violência doméstica, em que a vítima, Maria, relatava ameaças reiteradas por parte de seu companheiro. A corporação, previamente capacitada em conformidade com os protocolos interinstitucionais de enfrentamento à violência de gênero e com os dispositivos da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), mobilizou recursos operacionais e articulou o atendimento com a rede local de proteção.

A atuação da Guarda Municipal, nesse contexto, deve observar os princípios da dignidade da pessoa humana, da proteção integral e da cooperação federativa, além de respeitar os limites legais de sua competência funcional.

Considerando o ordenamento jurídico brasileiro, os princípios constitucionais da segurança pública e os parâmetros legais da Lei Maria da Penha, assinale a alternativa **INCORRETA** quanto às atribuições da Guarda Municipal no enfrentamento à violência doméstica.

(A) A Guarda Municipal pode realizar, no âmbito de sua atuação preventiva, o encaminhamento da vítima a serviços especializados da rede de proteção social, como casas-abrigo, centros de referência e unidades de atendimento psicossocial, em articulação com os órgãos competentes.

(B) A atuação da Guarda Municipal deve incluir a preservação da cena e a proteção da vítima até a chegada dos órgãos de polícia judiciária, respeitando o princípio da cooperação entre as instituições de segurança pública e os limites de sua competência constitucional.

(C) Cabe à Guarda Municipal registrar os fatos ocorridos por meio de relatório circunstanciado e encaminhá-los às autoridades competentes, como a Delegacia Especializada ou o Ministério Público, para a adoção das medidas legais cabíveis.

(D) A Guarda Municipal possui competência legal para aplicar diretamente medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha, como o afastamento do agressor do domicílio, desde que haja risco iminente à integridade física ou psicológica da vítima.

(E) A atuação da Guarda Municipal deve ser pautada pelo respeito aos direitos humanos, pela escuta qualificada da vítima e pela adoção de protocolos de não revitimização, assegurando a proteção integral e a dignidade da pessoa em situação de violência.

QUESTÃO 32

À luz da Lei Federal nº 13.022/2014, que estabelece normas gerais para as Guardas Municipais, e considerando os princípios constitucionais da Administração Pública, a repartição de competências federativas e os fundamentos da segurança pública previstos no art. 144 da Constituição Federal, analise as alternativas a seguir e aponte a que estiver **CORRETA**.

(A) As Guardas Municipais, por integrarem o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), assumem natureza de força auxiliar e reserva das Forças Armadas, podendo atuar em operações de garantia da lei e da ordem mediante requisição do Ministério da Defesa.

(B) A Lei nº 13.022/2014 confere às Guardas Municipais natureza jurídica de órgão de segurança pública com competência própria, subordinada ao ente federativo municipal e regida por princípios como proteção dos direitos humanos, uso diferenciado da força, e promoção da cidadania, em consonância com o pacto federativo e a descentralização administrativa.

(C) A atuação das Guardas Municipais, embora vinculada à proteção de bens, serviços e instalações municipais, pode abranger ações ostensivas de segurança pública em todo o território estadual, desde que autorizadas por convênio intergovernamental e ratificadas pelo Conselho Nacional de Segurança Pública.

(D) As Guardas Municipais, por não integrarem os órgãos de polícia judiciária previstos no art. 144 da Constituição, estão impedidas de realizar qualquer atividade de patrulhamento preventivo, fiscalização de trânsito ou apoio à segurança escolar, devendo restringir-se à vigilância patrimonial estática.

(E) A atuação das Guardas Municipais está condicionada à autorização legislativa estadual, uma vez que a segurança pública é matéria de competência legislativa concorrente, cabendo aos Estados regulamentar o exercício das funções municipais de policiamento ostensivo.

QUESTÃO 33

Tendo em vista a redação sistemática da Lei nº 13.022/2014 e sua interação com princípios constitucionais de autonomia municipal, proporcionalidade administrativa e responsabilidade estatutária, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A instauração de corregedoria interna específica para a Guarda Municipal é imperativa por força do Estatuto para todos os municípios que possuam guarda, sendo vedada a atribuição das funções de corregedoria a órgãos centrais de controle do próprio ente municipal.

(B) A Lei fixa percentuais máximos uniformes de composição do efetivo em relação à população municipal, aplicáveis a todos os municípios independentemente de peculiaridades locais, vedando ao legislador municipal qualquer readequação por lei local.

(C) A exigência de requisitos de investidura na Guarda Municipal admite discricionariedade normativa do ente municipal quanto à escolaridade mínima e à idade, desde que observados os princípios da isonomia e da razoabilidade, vedando-se, contudo, a exigência de escolaridade superior à exigida pela Constituição para ingresso em cargos públicos.

(D) A Lei confere, de forma direta e irrestrita, competência ao município para condicionar o ingresso em Guarda Municipal à existência de convênio com Estado ou com a União, tornando o provimento de vagas dependente de anuência federativa para todos os municípios.

(E) A instituição e o dimensionamento dos mecanismos de controle interno (incluindo corregedoria e ouvidoria) devem ser calibrados pelo município segundo critérios de proporcionalidade, devendo a implantação formal de corregedoria própria ser avaliada em função do porte do efetivo, do emprego de armamento e do grau de complexidade das atribuições, sem solução automática imposta pelo Estatuto.

QUESTÃO 34

O Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei Federal nº 13.022/2014) delinea a configuração jurídico-institucional dessas corporações, fixando parâmetros de constituição, requisitos de investidura e sistemas de *accountability*. A norma consagra a coexistência harmônica entre os eixos de controle interno e externo, instrumentalizando mecanismos de supervisão disciplinar, correccional e social, além de correlacionar a estrutura efetiva à dimensão populacional do ente federado.

Considerando a hermenêutica sistemática da legislação e os princípios da eficiência, da proporcionalidade e da legalidade administrativa, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) O controle externo das Guardas Municipais constitui prerrogativa exclusiva dos conselhos municipais de segurança pública, sendo vedada qualquer ingerência das instâncias internas de correição, sob pena de violação à autonomia funcional e ao princípio da reserva de competência.

(B) A instituição de corregedoria é juridicamente obrigatória apenas nas corporações que façam uso de armamento letal, sendo facultativa nas demais, desde que o efetivo se mantenha aquém do quantitativo mínimo estabelecido em norma infralegal estadual.

(C) O dimensionamento do contingente guarda relação de proporcionalidade com o porte demográfico municipal, sendo fixado o teto máximo de 0,4% da população residente em municípios com população entre cinquenta mil e quinhentos mil habitantes, em conformidade com os parâmetros estatutários.

(D) A investidura em cargo público efetivo na carreira de guarda municipal se condiciona à prévia aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos, idade mínima de dezoito anos, escolaridade correspondente ao ensino médio completo e atendimento aos requisitos específicos definidos em legislação local suplementar.

(E) As Guardas Municipais integram a estrutura administrativa direta do Poder Executivo municipal, submetendo-se à hierarquia da pasta responsável pela segurança pública local, sendo juridicamente vedada, por imposição estatutária, a formação de consórcios intermunicipais destinados à partilha de recursos operacionais e logísticos.

QUESTÃO 35

A Lei Federal nº 13.022/2014, que institui o Estatuto Geral das Guardas Municipais, estabelece prerrogativas específicas aos seus integrantes, delimita vedações administrativas e disciplina regras de transição voltadas à adaptação das corporações preexistentes ao novo regime jurídico.

O diploma busca assegurar a profissionalização progressiva, a padronização hierárquica e a harmonização com os princípios da legalidade, eficiência e impessoalidade na gestão da segurança pública municipal.

À luz dessas disposições, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) As Guardas Municipais já constituídas na data da publicação da Lei nº 13.022/2014 dispunham do prazo máximo de quatro anos para promover sua adequação integral às novas disposições estatutárias, conforme previsto em suas normas transitórias.

(B) É juridicamente admissível que a estrutura hierárquica das Guardas Municipais adote denominações equivalentes às das Forças Armadas ou das Polícias Militares, como coronel e major, desde que tal prática vise à integração operacional e não implique usurpação de identidade institucional.

(C) Os cargos em comissão vinculados às Guardas Municipais devem ser, preferencialmente, ocupados por servidores pertencentes ao respectivo quadro efetivo, admitindo-se, todavia, a nomeação de profissionais estranhos à carreira em hipóteses excepcionais, desde que observados os princípios da moralidade, da eficiência e da finalidade pública.

(D) O guarda municipal submetido à prisão antes do trânsito em julgado de sentença condenatória faz jus, por prerrogativa de função, ao recolhimento em cela isolada dos demais detentos, independentemente da natureza do delito imputado.

(E) Compete à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) destinar a linha telefônica de emergência de número 190 e faixa exclusiva de radiofrequência aos Municípios que mantenham Guardas Municipais, assegurando comunicação privativa entre as corporações.

QUESTÃO 36

O Município de Cairu, buscando assegurar a tutela do meio ambiente urbano e a integridade dos bens de uso comum, implementou um plano sistêmico de fiscalização e proteção de praças, parques e logradouros públicos. O programa compreende a instalação de sistemas de videomonitoramento, o emprego de guardas municipais em rondas ostensivas e ações de educação cidadã voltadas à preservação dos espaços coletivos. A legislação local correlata disciplina ainda sanções administrativas pelo descumprimento das normas de conservação e uso responsável.

À luz das competências municipais e dos princípios da legalidade, razoabilidade e poder de polícia administrativa, aponte a alternativa **INCORRETA**.

(A) A utilização de equipamentos de videomonitoramento em espaços públicos constitui medida legítima de prevenção situacional e repressão administrativa, desde que observados os limites constitucionais do direito à intimidade e à imagem, evitando-se o desvio de finalidade e o uso abusivo de dados pessoais.

(B) A presença ostensiva de guardas municipais em parques e praças públicas materializa o exercício do poder de polícia do Município, voltado à manutenção da ordem e à proteção do patrimônio ambiental urbano, conforme previsão expressa do art. 5º, incisos II e IV, da Lei nº 13.022/2014.

(C) A imposição de sanções administrativas pelo descumprimento de normas de uso de bens públicos depende de autorização judicial prévia, como condição de validade do ato punitivo, a fim de assegurar controle jurisdicional prévio e impedir arbitrariedade administrativa.

(D) A execução de campanhas educativas e de conscientização sobre o uso e a preservação de bens públicos constitui instrumento de prevenção administrativa e de concretização do princípio da participação cidadã na gestão urbana, devendo integrar as políticas de segurança e sustentabilidade municipal.

(E) A legislação municipal pode instituir sanções administrativas proporcionais ao descumprimento das normas de uso e conservação de áreas públicas, tais como advertência, multa ou interdição, desde que observadas as garantias do contraditório e da ampla defesa no âmbito do processo administrativo.

QUESTÃO 37

Durante patrulhamento preventivo em área residencial do Município de Cairu, uma equipe da Guarda Municipal foi acionada por vizinhos para atender a um caso de possível violência doméstica contra um idoso de 72 anos, supostamente agredido por seu cuidador. Após garantir a segurança imediata da vítima, os agentes lavraram o registro do fato, preservaram o ambiente da ocorrência e acionaram o setor responsável pela rede municipal de proteção social. O caso foi encaminhado ao Ministério Público, que postulou ao juízo competente a adoção de medidas protetivas.

Considerando as disposições normativas do Estatuto do Idoso e do Estatuto das Guardas Municipais, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A atuação da Guarda Municipal em casos de violência contra pessoas idosas deve limitar-se à comunicação do fato à autoridade policial, não sendo de sua atribuição, qualquer forma de intervenção imediata ou preservação da integridade da vítima.

(B) O afastamento do agressor, por se tratar de medida protetiva restritiva de direitos, depende de apreciação judicial, cabendo à Guarda Municipal promover a proteção emergencial, formalizar o atendimento e articular com os órgãos da rede de proteção para garantir a efetividade da resposta estatal.

(C) A adoção de medidas urgentes de proteção a pessoas idosas pode ser realizada diretamente pelos órgãos municipais de assistência social, quando comprovado risco iminente, sendo dispensável o acionamento de instâncias externas de controle.

(D) A competência da Guarda Municipal na defesa de direitos fundamentais se restringe à salvaguarda de bens públicos e de servidores municipais, não alcançando situações de vulnerabilidade social que envolvam a população idosa.

(E) A intervenção dos agentes da Guarda Municipal em casos de violência doméstica contra idosos deve ocorrer apenas mediante solicitação formal do Conselho Municipal do Idoso, a fim de resguardar a observância do princípio da legalidade administrativa.

QUESTÃO 38

A mediação de conflitos e a preservação do patrimônio público compõem o eixo de pacificação social da Guarda Municipal, cuja atuação visa prevenir tensões e salvaguardar bens coletivos.

À luz dos princípios da legalidade, imparcialidade e razoabilidade, analise as assertivas abaixo e a seguir aponte a alternativa **CORRETA**.

I. A mediação de conflitos pela Guarda Municipal deve priorizar a imparcialidade e a escuta ativa, podendo abranger litígios que envolvam bens públicos, desde que a intervenção preserve a ordem e o interesse coletivo.

II. A proteção do patrimônio público integra a competência constitucional das Guardas Municipais, incluindo ações preventivas e encaminhamento de ocorrências aos órgãos competentes.

III. A mediação social é instrumento preventivo de degradação urbana, permitindo à Guarda atuar de forma articulada com políticas de cidadania e assistência.

IV. A mediação de conflitos tem caráter coercitivo, devendo priorizar a imposição de autoridade quando houver resistência à orientação dos agentes.

(A) Estão corretas apenas as assertivas I e II.

(B) Estão corretas apenas as assertivas II e III.

(C) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.

(D) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.

(E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 39

Enquanto transcorria uma operação preventiva em área central do Município de Santa Esperança, a Guarda Municipal foi acionada para intervir em uma situação de risco social envolvendo crianças e adolescentes em condição de rua. A equipe, ciente dos princípios da proteção integral, da prioridade absoluta e do respeito à dignidade e aos direitos fundamentais da criança e do adolescente, buscou adotar medidas imediatas de salvaguarda, articulando-se com a rede local de proteção.

Considerando as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), da Lei nº 13.022/2014 e os princípios constitucionais aplicáveis, assinale a alternativa **INCORRETA** quanto às ações que podem ser legitimamente realizadas pelos agentes da Guarda Municipal durante a intervenção.

(A) A Guarda Municipal pode realizar a abordagem protetiva de crianças e adolescentes em situação de risco, garantindo-lhes tratamento digno e zelando pela integridade física e emocional, em consonância com o princípio da proteção integral previsto no art. 1º do ECA.

(B) Os agentes da Guarda devem acionar o Conselho Tutelar e registrar a ocorrência, assegurando o encaminhamento dos envolvidos aos órgãos competentes da rede socioassistencial, conforme previsto no art. 136, inciso I, do ECA.

(C) A Guarda Municipal pode efetuar o encaminhamento imediato das crianças e adolescentes a unidades de acolhimento institucional, quando identificada situação de risco grave e iminente, comunicando a medida às autoridades competentes e preservando o interesse superior do menor.

(D) Compete à Guarda Municipal, no exercício da proteção social básica, aplicar medidas socioeducativas às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, de modo a promover sua reintegração familiar e social.

(E) A atuação da Guarda Municipal deve pautar-se pela cooperação interinstitucional e pelo respeito à competência dos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, incluindo o Conselho Tutelar, o Ministério Público e a rede de assistência social, observando-se os princípios da prioridade absoluta e da intervenção mínima.

QUESTÃO 40

Em resposta a críticas decorrentes de abordagens consideradas excessivas, o Município de Santa Aurora instituiu um programa permanente de formação ética e direitos humanos para os integrantes da Guarda Municipal, com ênfase na promoção da dignidade da pessoa humana, no uso proporcional da força e na resolução pacífica de conflitos urbanos.

O programa integra as diretrizes da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e da Lei nº 13.022/2014, orientando a atuação do agente público pela primazia do respeito aos direitos fundamentais e pela contenção de práticas abusivas.

Considerando os fundamentos da DUDH e as responsabilidades institucionais dos guardas municipais, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A aplicação de medidas coercitivas pela Guarda Municipal é legítima sempre que fundada em presunção subjetiva de risco à ordem pública, ainda que sem respaldo em critérios objetivos de proporcionalidade, dada a natureza preventiva de suas funções.

(B) O dever de respeito à dignidade humana impõe ao guarda municipal a observância do princípio da proporcionalidade no uso da força, que deve ser exercida apenas quando estritamente necessária à preservação da vida, da integridade física e da segurança coletiva.

(C) A capacitação em direitos humanos constitui medida facultativa à administração pública, pois a Declaração Universal possui caráter meramente programático e não impõe obrigações operacionais diretas aos entes subnacionais.

(D) Em situações de tensão social ou distúrbio coletivo, é admissível o uso de força letal por agentes municipais, desde que previamente autorizada pelo comando da corporação e independentemente de gradação dos meios coercitivos disponíveis.

(E) A Declaração Universal dos Direitos Humanos admite restrições genéricas a direitos individuais sempre que houver alegação de necessidade de segurança pública, dispensando fundamentação jurídica imediata para tais limitações.

QUESTÃO 41

A atuação preventiva e comunitária da Guarda Municipal representa um dos pilares da segurança pública municipal, conforme previsto na Lei nº 13.022/2014. Ao adotar estratégias de policiamento de proximidade, patrulhamento orientado ao problema e ações de educação cidadã, a corporação fortalece sua função de proteção dos bens, serviços e instalações municipais, promovendo um ambiente urbano mais seguro e colaborativo.

Essas práticas visam não apenas a redução de índices delitivos, mas também a construção de vínculos de confiança com a população, condição essencial para a eficácia das políticas públicas de segurança.

Considerando a natureza jurídica da Guarda Municipal, seus limites de atuação e os princípios que regem sua atividade, aponte a alternativa **INCORRETA**.

(A) A atuação preventiva da Guarda Municipal pode envolver o patrulhamento sistemático de áreas com maior incidência de ocorrências, com base em análises de vulnerabilidade e mapeamento criminal, buscando prevenir condutas ilícitas e proteger o patrimônio municipal.

(B) No exercício da fiscalização de trânsito, a Guarda Municipal pode atuar em cooperação técnica com órgãos executivos de trânsito, desde que haja delegação expressa de competência e integração operacional prevista em normas locais.

(C) As ações de policiamento comunitário desenvolvidas pela Guarda Municipal podem incluir campanhas educativas em escolas e associações civis, voltadas à promoção da cidadania e à prevenção de comportamentos de risco no espaço urbano.

(D) A atuação em eventos de grande circulação pública pode ser desempenhada pela Guarda Municipal em articulação com as forças de segurança estaduais, desde que voltada à preservação da ordem e à proteção dos equipamentos públicos municipais.

(E) A Guarda Municipal pode instaurar procedimentos investigativos próprios e conduzir inquéritos criminais de forma autônoma, sempre que vinculados a delitos corridos em bens ou serviços públicos sob sua proteção direta.

QUESTÃO 42

A Lei nº 9.605/1998 prevê penas privativas e restritivas de direitos aplicáveis a infrações ambientais, bem como circunstâncias que podem agravar a sanção, considerando a gravidade e o contexto da conduta. No exercício da função fiscalizatória é dever da Guarda Municipal identificar indícios de tais circunstâncias e encaminhar os registros aos órgãos competentes.

Com base nessas disposições, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) A suspensão condicional da pena é vedada de forma absoluta nos crimes ambientais, ainda que preenchidos os requisitos do art. 77 do Código Penal, por se tratar de infração de natureza difusa.

(B) As penas restritivas de direito incluem a interdição temporária de direitos, como a proibição de participar de licitações ou contratar com o Poder Público, nos casos previstos no art. 10 da Lei nº 9.605/1998.

(C) Constitui agravante a prática de infração ambiental em área urbana, de preservação permanente ou em unidade de conservação, quando evidenciada maior ofensividade ao meio ambiente.

(D) A prestação pecuniária consiste em pagamento em favor de entidade pública ou privada com finalidade social, sem prejuízo da obrigação de reparar integralmente o dano causado.

(E) A reincidência, o intuito de obtenção de vantagem econômica e o uso de fraude ou abuso de confiança configuram circunstâncias agravantes, desde que não integrem o tipo penal nem qualifiquem o crime.

QUESTÃO 43

Através de uma auditoria administrativa, constatou-se que alguns integrantes da Guarda Municipal de um município do interior portavam armas de fogo fora do horário de serviço, alegando respaldo direto no art. 6º da Lei nº 10.826/2003. A corregedoria questionou a legalidade da conduta, sobretudo diante da ausência de comprovação atualizada de aptidão psicológica e capacidade técnica.

Considerando as disposições legais pertinentes ao porte de arma por guardas municipais e às condições normativas para sua autorização, aponte a alternativa **CORRETA**.

(A) A autorização para o porte de arma de fogo aos integrantes das guardas municipais é automática em municípios com população superior a 50 mil habitantes, inclusive fora de serviço, dispensando comprovação periódica dos requisitos previstos no art. 4º.

(B) A autorização para o porte de arma por guardas municipais está condicionada à formação funcional específica em instituição de ensino de atividade policial, à existência de mecanismos internos de controle e à demonstração contínua dos requisitos do art. 4º da Lei nº 10.826/2003.

(C) Em municípios que não integram regiões metropolitanas, o porte de arma por guardas municipais fora de serviço é assegurado desde que o armamento pertença à corporação e esteja regularmente registrado.

(D) A autorização para o porte de arma em serviço depende exclusivamente da apresentação do certificado de registro e não requer demonstração de aptidão psicológica quando se tratar de arma institucional.

(E) O uso de arma de fogo de uso permitido por caçador para subsistência, devidamente autorizado, afasta a responsabilidade penal decorrente de eventual emprego indevido do artefato em outras situações.

QUESTÃO 44

O uso diferenciado da força é instrumento legítimo do poder de polícia e deve obedecer a princípios éticos e jurídicos que assegurem o respeito aos direitos fundamentais. A Guarda Municipal, enquanto força de caráter civil, deve aplicar o uso da força de forma técnica e moderada.

Com base nessas diretrizes, analise as assertivas a seguir e depois aponte a alternativa **CORRETA**.

I. O uso progressivo da força pressupõe a adoção escalonada de meios coercitivos, priorizando a dissuasão verbal, a negociação e o controle físico proporcional à resistência apresentada.

II. A abordagem operacional deve ser precedida de identificação funcional e comunicação clara, sendo vedada qualquer forma de coação física durante a busca pessoal.

III. O emprego de instrumentos de menor potencial ofensivo exige posterior registro detalhado do evento, incluindo circunstâncias e justificativas da ação.

IV. O uso de força letal é admissível apenas em legítima defesa, própria ou de terceiros, quando comprovado risco iminente à integridade física e impossibilidade de emprego de meios menos lesivos.

- (A) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- (B) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- (C) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- (D) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
- (E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 45

No Município de Cairu, a administração municipal implantou um programa de governança pública e integridade institucional, com foco na transparência, rastreabilidade e controle do uso de recursos afetos às atividades da Guarda Municipal. O plano inclui o uso de câmeras operacionais portáteis, auditoria eletrônica de deslocamentos e capacitação em ética pública. Em decorrência desse processo, discutiu-se o papel da Guarda na consolidação de um ambiente organizacional íntegro e na prevenção de práticas que possam configurar corrupção ou desvio de conduta funcional.

Considerando as disposições da Lei nº 13.022/2014 e o regime jurídico da integridade pública na administração municipal, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A incorporação de instrumentos tecnológicos de rastreamento e gravação em tempo real insere a Guarda Municipal no núcleo de controle interno do Poder Executivo, atribuindo-lhe poder de correção e auditoria sobre as unidades administrativas do próprio ente municipal.

(B) O fortalecimento da integridade institucional da Guarda Municipal pressupõe a subordinação funcional de seus agentes aos órgãos de controle interno e externo do Município, devendo suas ações serem precedidas de anuência expressa da Controladoria-Geral, local para garantir legitimidade dos atos operacionais.

(C) O combate à corrupção, nas Guardas Municipais, materializa-se prioritariamente por meio de atividades repressivas e sancionatórias, com competência para instaurar sindicâncias, punir servidores e apurar ilícitos administrativos, em articulação direta com o Ministério Público.

(D) A implementação de políticas de integridade na Guarda Municipal transfere a esta a responsabilidade de supervisionar a legalidade e a economicidade de todos os contratos públicos firmados pela Prefeitura, com atribuição de relatar irregularidades ao Tribunal de Contas do Estado.

(E) A prevenção à corrupção, no âmbito das Guardas Municipais, compreende a adoção de práticas de integridade e governança ética voltadas à transparência de seus atos, à preservação do patrimônio público sob sua custódia e à participação comunitária como mecanismo difuso de controle social.

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 46

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 consagrou os direitos sociais como instrumentos de concretização da justiça distributiva e da dignidade humana, vinculando o Estado a prestações positivas que transcendem o mero reconhecimento formal. Tais direitos, além de se relacionarem diretamente com a ordem econômica e social, refletem a opção do constituinte por um Estado prestacional e garantidor de condições mínimas para o pleno exercício da cidadania.

Considerando a disciplina constitucional dos direitos sociais, analise as assertivas a seguir e aponte a alternativa **CORRETA**.

I – Embora parte significativa dos direitos sociais dependa de regulamentação infraconstitucional para sua plena concretização, a doutrina constitucional majoritária os classifica predominantemente como normas de eficácia limitada, uma vez que sua implementação material exige atuação estatal planejada e progressiva, não sendo possível atribuir-lhes, em regra, aplicabilidade imediata e plena eficácia sem a mediação legislativa.

II – A proteção à maternidade e à infância, ao lado da assistência aos desamparados, integra o rol dos direitos sociais expressos no texto constitucional e impõe ao Estado tanto o dever de prestação direta de serviços quanto a formulação de políticas públicas, podendo ser exigida judicialmente mesmo na ausência de regulamentação específica.

III – O direito à greve é assegurado aos trabalhadores do setor público e privado, cabendo a estes decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses a serem defendidos, vedada a intervenção legislativa na definição dos serviços essenciais em razão do princípio da separação dos Poderes.

IV – A unicidade sindical, ao impedir a criação de mais de uma entidade representativa da mesma categoria em determinada base territorial, configura limitação ao direito de liberdade sindical, admitida pela ordem constitucional brasileira, e sua observância constitui requisito de legitimidade da atuação sindical perante o Estado.

- (A) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- (B) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- (D) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- (E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 47

A Lei Orgânica do Município de Cairu, em harmonia com os princípios constitucionais que regem a Federação, estabelece as diretrizes fundamentais da organização político-administrativa municipal, delimitando as competências dos poderes, a autonomia do ente local e os mecanismos de atuação administrativa. Tais dispositivos são essenciais para a compreensão do papel institucional do Município e da atuação de seus agentes públicos.

Com base no que dispõe a Lei Orgânica de Cairu e na interpretação sistemática de seus dispositivos, aponte a alternativa **CORRETA**.

- (A) O Município de Cairu detém competência legislativa concorrente com o Estado para legislar sobre direito penal e processual penal, desde que a matéria tenha impacto direto na segurança pública local.
- (B) É competência exclusiva da Câmara Municipal autorizar o prefeito a ausentar-se do município por qualquer período, independentemente de tempo, sob pena de perda do mandato.
- (C) Compete privativamente ao prefeito a iniciativa de leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições de secretarias e órgãos da administração pública municipal, bem como aquelas que fixem ou alterem a remuneração de cargos e funções no âmbito do Executivo.
- (D) A fiscalização contábil, financeira e orçamentária do município será exercida unicamente pelo Poder Executivo, por meio dos órgãos de controle interno, sendo vedada qualquer forma de controle externo por parte do Legislativo.

(E) Compete ao Município, em cooperação com a União e o Estado, instituir normas gerais sobre trânsito, transporte intermunicipal e segurança pública, podendo, inclusive, criar forças armadas municipais para atuar em conjunto com os órgãos estaduais.

QUESTÃO 48

O Estatuto dos Servidores Municipais de Cairu disciplina de forma detalhada o regime jurídico aplicável aos agentes públicos municipais, abrangendo desde o provimento de cargos e exercício de funções até as licenças, deveres e responsabilidades funcionais.

Considerando as disposições da Lei nº 89/1998 e suas alterações posteriores, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) O servidor poderá permanecer afastado em licença para tratar de interesses particulares por período superior a dois anos, desde que fundamentado o pedido e autorizado pelo prefeito, sem necessidade de observar intervalo entre uma licença e outra.
- (B) A readaptação do servidor estável, quando motivada por alteração de sua capacidade física ou mental, poderá acarretar diminuição proporcional de seus vencimentos, desde que expressamente autorizada por laudo médico e ato do prefeito.
- (C) O servidor em licença para capacitação deverá comprovar matrícula ou permanência no curso apenas no ato do requerimento, não sendo exigida nova comprovação periódica durante o afastamento.
- (D) O servidor poderá optar entre o recebimento de adicional de insalubridade e de periculosidade quando exposto simultaneamente a agentes insalubres e perigosos, sendo vedada a acumulação dos dois benefícios.
- (E) O estágio probatório será de 36 (trinta e seis) meses de efetivo exercício, período no qual serão apurados requisitos como assiduidade, disciplina, eficiência e dedicação ao serviço.

QUESTÃO 49

A Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica do Município de Cairu disciplinam a estrutura federativa brasileira e as competências atribuídas ao município, conferindo-lhe autonomia política, administrativa e financeira, além de estabelecerem os limites de atuação de seus poderes constituídos.

Considerando o que dispõem tais normas, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) A autonomia municipal compreende a capacidade de auto-organização, autolegislação, autogoverno e autoadministração, sendo-lhe assegurada competência para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual quando necessário ao atendimento de suas peculiaridades.

(B) Compete ao Município legislar concorrentemente com a União e os Estados sobre direito tributário, financeiro, penitenciário e econômico, sempre que tais matérias tenham reflexo direto sobre os serviços públicos de sua responsabilidade.

(C) A Câmara Municipal exerce, entre outras atribuições, a de julgar anualmente as contas prestadas pelo prefeito, deliberando sobre parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas, que somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Casa Legislativa.

(D) É de competência privativa do prefeito a direção superior da administração municipal e a iniciativa de leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições de órgãos da administração, bem como sobre servidores públicos, seu regime jurídico e provimento de cargos.

(E) O Município de Cairu poderá firmar convênios e consórcios com outros entes federativos para execução de serviços públicos de interesse comum, observada a legislação aplicável e desde que não implique renúncia de sua autonomia constitucional.

QUESTÃO 50

A Lei Complementar nº 765/2024 institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores do Município de Cairu, definindo princípios, diretrizes, formas de desenvolvimento funcional e estrutura da administração municipal.

Tendo em vista as disposições dessa norma, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A evolução funcional dos servidores municipais dá-se exclusivamente por meio de promoção vertical, vinculada ao tempo de serviço e ao mérito aferido em avaliação periódica, sendo vedada a progressão horizontal para padrões de vencimento dentro da mesma classe.

(B) A progressão funcional horizontal é a passagem do servidor de um padrão de vencimento para outro imediatamente superior dentro da mesma classe, condicionada ao cumprimento dos requisitos de tempo mínimo no cargo, resultado satisfatório em avaliação de desempenho e participação em programas de capacitação quando previstos.

(C) A promoção funcional dispensa a comprovação de escolaridade superior à exigida para o ingresso no cargo efetivo, bastando o tempo de serviço e o resultado obtido em avaliação anual de desempenho.

(D) As carreiras dos servidores municipais são compostas por apenas duas classes, sendo vedada a subdivisão em padrões de vencimento ou níveis intermediários, a fim de garantir isonomia entre cargos de igual atribuição.

(E) O enquadramento do servidor no novo plano ocorrerá automaticamente após sua aprovação, sendo dispensada qualquer análise documental ou ato formal de homologação pela autoridade competente.